



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS**

**ATA DA CENTÉSIMA OCTAGÉSIMA SEXTA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO
NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA**

1 Às nove horas da manhã do dia 12 de julho de 2010, na Sala de Conferências do 10º Andar
2 do Edifício Parque Cidade Corporate, Sede da Secretaria de Direitos Humanos da
3 Presidência da República, em Brasília/DF, deu-se início à Centésima Octogésima Sexta
4 Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente –
5 CONANDA, presidida pelo Sr. Fabio Feitosa da Silva. Presentes os **Conselheiros:**
6 **Representantes de Órgãos Governamentais Titulares:** Sr. Alfredo Bernardo Pereira da
7 Silva – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da
8 República – SEPPIR; Sra. Carmem Silveira de Oliveira – *Secretaria de Direitos Humanos da*
9 *Presidência da República – SDH/PR.* Estiveram ainda presentes os **Representantes de**
10 **Órgãos Governamentais Suplentes:** Sr. Francisco Antônio de Souza Brito – *Ministério do*
11 *Desenvolvimento e Combate à Fome – MDS.* Estiveram também presentes os
12 **Representantes de Órgãos Não-Governamentais Titulares:** Sra. Maria Luiza Moura
13 Oliveira – Conselho Federal de Psicologia/CFP; Sra. Miriam Maria José dos Santos –
14 Inspeção São João Bosco – Salesianos; Sr. Fábio Feitosa da Silva – União Brasileira de
15 Educação e Ensino – UBEE; Sra. Raimunda Núbia Lopes da Silva – Central Única dos
16 Trabalhadores – CUT; Sr. Andrea Franzini – Pastoral do Menor; Sr. Sérgio Eduardo Marques
17 da Rocha – Aldeias Infantis SOS / Brasil; Sr. Ariel de Castro Alves – Movimento Nacional de
18 Direitos Humanos - MNDH; Sra. Glícia Thais Salmeron de Miranda – Ordem dos Advogados
19 do Brasil – OAB/SE; Sra. Maristela Cizeski – Pastoral da Criança / CNBB; Carlos Eduardo
20 Nery Paes – Sociedade Brasileira de Pediatria – SBP; Sr. Djalma Costa – Associação
21 Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente - ANCED e a Sra. Tiana Sento
22 Sé – Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social – IBISS. **Observadores:** Margarida
23 Munguba Cardoso – *Coordenação-Geral do CONANDA;* Vítor Pleger – *Conselho Municipal*
24 *dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo – CMDCA – SP;* Jimena Grignani –
25 *Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Fórum Nacional DCA;* Benedito
26 Rodrigues dos Santos – *Consultor da Unicef;* helena – *Representante do Unicef;* Cassimira –
27 *Representante do Unicef;* Paula Rosa – *Representante da Rede Andi.* **Item I: Abertura,**

28 **Informes e Aprovação da Pauta.** Com a palavra, o Presidente Fábio Feitosa da Silva abriu a
29 Sessão ressaltando aquela a Semana de Comemoração do Aniversário de 20 anos do
30 Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e prosseguiu à leitura da pauta, que aprovada
31 sem manifestação contrária ou inserção de qualquer outro ponto. 1) Apreciação da Redação
32 das Diretrizes da Política Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente e do Termo de
33 Compromisso submetido aos Candidatos e Candidatas à Presidência da República; 2)
34 Reunião das Comissões Permanentes; 3) Participação da Abertura do Seminário “Os Vinte
35 Anos do ECA e as Políticas Públicas: Conquistas e Desafios; 4) Reunião das Comissões
36 Temáticas; 5) Ato em Comemoração aos 20 anos do ECA com o Presidente da República, na
37 sala de audiência do Centro Cultural do Banco do Brasil - CCBB; 6) Relato das Comissões.
38 Antes de prosseguir, o Presidente solicitou às pessoas que ali estavam pela primeira vez se
39 apresentassem. E, assim, apresentou-se a Sra. Casimira, representante do UNICEF, o Sr.
40 Alfredo Bernardo Pereira da Silva, representando a SEPPIR e substituindo a suplente da
41 mesma, a Sra. Paula Rosa, jornalista que trabalharia com o Portal dos Direitos da Criança e
42 do Adolescente. E informou a ausência justificada da Sra. Helen Crystine Corrêa Sanches,
43 por motivo de saúde, e da Sra. Carmem Silveira de Oliveira, que por motivo de falecimento de
44 seu pai não pode estar presente naquele dia. Ao passo que a Sra. Miriam Maria José dos
45 Santos propôs encaminhar uma nota de pesar a Sra. Carmem Silveira de Oliveira e sua
46 família pelo falecimento de seu pai, além de realizar a Assembléia corrente dedicada em
47 memória do falecido, o que foi acatado por todos. **Item II: Apreciação da Redação das**
48 **Diretrizes da Política Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente e do Termo de**
49 **Compromisso submetido aos Candidatos e Candidatas à Presidência da República.** O
50 Sr. Fabio Feitosa da Silva iniciou a apresentação das diretrizes do Plano Decenal e Política
51 Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. A Sra. Miriam Maria José dos
52 Santos relatou que anteriormente propôs uma nova diretriz sobre a responsabilização dos
53 atores do Sistema de Garantia de Direitos – SGD pelo não cumprimento da política. O Sr.
54 Benedito Rodrigues dos Santos informou que o GTI achou pertinente que aquela proposição
55 fosse um objetivo estratégico da Diretriz seis: *Universalização do acesso de crianças e*
56 *adolescentes aos sistemas de justiça e segurança pública, em igualdade de condições*
57 *garantidas e atuação ágil, qualificada e comprometida com a efetivação dos seus direitos.*
58 Posto isto, seguiu à apresentação. Leu item por item, recebendo destaque na diretriz seis, do
59 eixo dois: Proteção e Defesa dos Direitos. Destaque feito pela Sra. Miriam Maria José dos
60 Santos, que sugeriu inserir após o termo “crianças e adolescentes” as palavras “e suas
61 famílias” passando a vigorar com a seguinte redação: *Universalização do acesso de crianças*
62 *e adolescentes “e suas famílias” aos sistemas de justiça e segurança pública, em igualdade*

63 *de condições garantidas e atuação ágil, qualificada e comprometida com a efetivação dos*
64 *seus direitos.* Na sequência, o Sr. Fabio Feitosa da Silva passou à leitura dos itens restantes
65 e informou a inserção de uma nova Diretriz, a Diretriz 14, para deliberação e consequente
66 aprovação: *Produção de conhecimentos sobre a infância e a adolescência ao processo de*
67 *formulação de políticas públicas.* O Sr. Benedito Rodrigues dos Santos informou que seria
68 feita uma nova redação para a diretriz 12, por apresentar redundância: *Qualificação da*
69 ***atuação*** *de profissionais que atuam na rede de promoção, proteção e defesa dos direitos de*
70 *crianças e adolescentes com especial atenção para a formação continuada de conselheiras e*
71 *conselheiros dos direitos e tutelares.* A Sra. Miriam Maria José dos Santos ponderou que a
72 diretriz 14 era importante, porém, questionou porque estava inserida no Eixo 5 – *Gestão da*
73 *Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes*, pois, segundo ela, a
74 produção de conhecimento perpassava todos os eixos. A Sra. Maristela Cizeski destacou que
75 a mesma perpassava todos os eixos. Entretanto, o eixo mais adequado seria aquele. O Sr.
76 Fabio Feitosa da Silva interferiu e passou à análise da proposta da Sra. Miriam Maria José
77 dos Santos com relação à Diretriz seis, afim de seguir uma linha cronológica. A Sra. Casimira
78 sugeriu incluir também o termo “ou representantes” em “suas famílias *ou representantes*” pela
79 normativa internacional usar esse tipo de terminologia. O Sr. Djalma Costa foi contra a
80 proposição da Sra. Casimira, ponderando desnecessário o termo. A Sra. Miriam Maria José
81 dos Santos apoiou a proposta da Sra. Casimira lembrando as crianças e adolescentes que
82 estão fora do sistema familiar. O Sr. Djalma Costa retirou sua oposição e foi aprovado o texto:
83 *Universalização do acesso de crianças e adolescentes e suas famílias ou representantes*
84 *legais aos sistemas de justiça e segurança pública, em igualdade de condições garantidas e*
85 *atuação ágil, qualificada e comprometida com a efetivação dos seus direitos.* Após, o Sr.
86 Benedito Rodrigues dos Santos passou à leitura da nova redação da Diretriz 12: *Qualificação*
87 *dos profissionais que atuam na rede de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças*
88 *e adolescentes com especial atenção para a formação continuada de conselheiras e*
89 *conselheiros dos direitos e tutelares.* Suprimida a palavra ***atuação***, a nova redação foi
90 aprovada. A Sra. Maria Luiza Moura Oliveira fez a defesa da inclusão da Diretriz 14 no Eixo
91 Cinco. Após as discussões, a Diretriz ganhou nova redação: *Produção de conhecimentos*
92 *sobre a infância e adolescência aplicada aos processos de formulação das políticas de*
93 *promoção, proteção dos direitos da criança e do adolescente.* Na sequência, o Conselho
94 passou a analisar o Termo de Compromisso dos Candidatos à Presidência da República com
95 as Crianças e Adolescentes do Brasil. No íterim das discussões, a Sra. Miriam Maria José
96 dos Santos registrou que às doze horas e dez minutos haviam apenas três representantes
97 governamentais. Após, a Sra. Margarida Munguba Cardoso fez a leitura do documento, que

98 sofreu algumas alterações por parte dos conselheiros e ficou com a seguinte redação: O
99 *Brasil chega aos 20 anos da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em novo*
100 *patamar de desenvolvimento econômico, social e ambiental tanto no cenário nacional quanto*
101 *no Internacional. A nova conjuntura Brasileira coloca para nossas e nossos governantes o*
102 *desafio de assegurar efetivas oportunidades de vida digna, com plena proteção do estado*
103 *para o contingente de 60 milhões de crianças e adolescentes, 30% da população Brasileira*
104 *nesse início de século. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, no*
105 *exercício de suas atribuições de deliberar, formular regular e exercer o controle social sobre*
106 *as políticas para infância e adolescência no país, dada a premente urgência de investimento*
107 *no presente e no futuro da infância Brasileira, propõe as candidatas e aos candidatos à*
108 *Presidência da República adesão a esse termo de compromisso para com a Política Nacional*
109 *dos Direitos de Crianças e Adolescentes. Essa política resulta de amplo processo coletivo de*
110 *diálogo com a participação de mais de 60 mil pessoas, um terço das quais adolescentes, em*
111 *2.611 conferências municipais, 260 regionais e 27 estaduais/distrital, a Política Nacional se*
112 *delineia na 8ª Conferência Nacional da Criança e do Adolescente, de Dezembro de 2009,*
113 *onde foram definidas as linhas mestras e lançadas as bases para construção do plano*
114 *decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes, a ser entregue ao governo de*
115 *transição da presidenta ou do presidente eleito. Considerando que: Avanços na política: a*
116 *institucionalização o sistema de garantia de direitos com instalação de conselhos de direitos e*
117 *tutelares em quase todos os municípios do país, a especialização da Justiça, do Ministério*
118 *Público, das inspetorias e delegacias, o acesso ampliado ao ensino fundamental e a rede*
119 *básica de saúde, ampliação da cobertura pelas redes de água e esgoto, ampliação da renda e*
120 *redução significativa da extrema pobreza, da mortalidade e da desnutrição infantil, a*
121 *expansão das ações de proteção especial com a retirada de milhões de crianças e*
122 *adolescentes do trabalho infantil, a criação de programas e serviços de proteção à criança em*
123 *situação de violência sexual, a normatização do sistema nacional de medidas socioeducativas*
124 *e a municipalização das medidas sócio-educativas em meio aberto, evidenciam relevantes*
125 *avanços da Política Nacional. Apesar dos avanços em nosso país, persistem aviltantes*
126 *disparidades nos campos social, étnico racial, regional, territorial, rural e urbano, em especial*
127 *no que diz respeito aos direitos humanos de nossas crianças e adolescentes, com a*
128 *deficiência, afro-descendentes, Quilombolas e de terreiros, ciganas, de florestas, indígenas*
129 *ribeirinhas e de outras populações tradicionais, de comunidades acampamentos e*
130 *assentamentos rurais, de guetos e das periferias das grandes cidades e nas áreas atingidas*
131 *por barragens, obras de infra-estrutura ou acidentes naturais, em igualdade de condições*
132 *para o acesso à riqueza material e imaterial do país. O país carece da extensão do acesso ao*

133 *Sistema Único de Saúde por meio da universalização do alcance à rede de atenção básica*
134 *especializada, objetivando a promoção da saúde a prevenção e a redução das patologias*
135 *prevalentes e da mortalidade, especialmente os componentes maternos, neonatal, infantil e*
136 *das causas externas, letalidade por armas, acidentes e violências e da implantação de*
137 *programas especiais de prevenção e tratamento ao uso de substâncias psicoativas. Faz-se*
138 *imperativa a ampliação do acesso à educação infantil e ao ensino fundamental e médio, a*
139 *garantia da qualidade no processo de ensino e aprendizagem do ensino fundamental e médio,*
140 *para assegurar a permanência no ensino escolar durante todo o ciclo da educação básica. É*
141 *direito assegurado nas normativas nacionais e tratativas internacionais a participação de*
142 *crianças e adolescentes em todos os assuntos que lhes digam respeito, bem como o*
143 *momento de sua participação organizada em ações e espaços de promoção proteção e*
144 *defesa dos seus direitos no enfrentamento da violência e na proteção da infância e da*
145 *adolescência, cabe ao estado brasileiro criar políticas públicas para combater com veemência*
146 *a violência sexual e física, o envolvimento com o tráfico de drogas e armas, a privação do*
147 *direito à convivência familiar e comunitária, como o abrigo indevido, o trabalho infantil, o*
148 *descumprimento das prerrogativas legais de adolescentes em cumprimento de medidas*
149 *sócio-educativas dentro e fora das unidades de internação, a observância do preceito*
150 *constitucional de garantia da inimputabilidade penal às pessoas com menos de 18 anos, bem*
151 *como a não ampliação do tempo. É obrigação dos governos fomentar uma política de estado*
152 *republicana, suprapartidária, regida pelo princípio da continuidade, da equidade, da*
153 *transparência e do fortalecimento do pacto federativo, o planejamento, o monitoramento e*
154 *avaliação das metas das políticas, assim como a consideração do fortalecimento do sistema*
155 *de garantia de direitos e a formação continuada de seus atores como política de estado. O*
156 *novo mandato presidencial a ser iniciado em janeiro de 2011 deve consolidar o modelo de*
157 *desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável,*
158 *em que governo e sociedade possam encaminhar juntos para superar as desigualdades e*
159 *promover a equidade, assegurando a primazia da prioridade absoluta no orçamento público*
160 *da nação. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA*
161 *apresenta às candidatas e aos candidatos à Presidência da República este termo de*
162 *compromisso, na perspectiva da inclusão dos princípios e diretrizes da Política Nacional dos*
163 *Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes em seus planos e programas de governo, por*
164 *estarem os mesmos em consonância com a Constituição Federal, com o Estatuto da*
165 *Criança e do Adolescente, bem como com os acordos e tratados firmados e ratificados pelo*
166 *Brasil junto à comunidade internacional, notadamente a convenção sobre os direitos da*
167 *criança, os protocolos opcionais, os objetivos e metas do milênio e sua tradução no*

168 *documento mundo para as crianças. Eu candidato/candidata à Presidência da República,*
169 *declaro minha adesão a este termo de compromisso e comprometo com a fiel execução do*
170 *aqui estabelecido. Antes de reiniciar os trabalhos da Assembléia, o CONANDA participou de*
171 *pauta externa em comemoração aos 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Antes*
172 *de passarem à análise dos relatórios das Comissões, a Sra. Cristiana Freitas, informou que*
173 *entre os dias oito de novembro e quinze de dezembro do corrente ano ocorreria a V Mostra de*
174 *Cinema e Direitos Humanos na América do Sul e que as inscrições iam até o dia dois de*
175 *agosto do mesmo ano. **Item III: Relato das Comissões. Comissão de Direitos Humanos e***
176 ***Ação Parlamentar – CDH.*** A Sra. Maria Luiza Moura Oliveira informou que a comissão ainda
177 não era dividida de forma paritária. Posto isto, o Sr. Sérgio Eduardo Marques da Rocha
178 informou que: estiveram presentes à reunião a Sra. Malu, a Sra. Glícia Thais Salmeron de
179 Miranda, o Sr. Sérgio Eduardo Marques da Rocha, o Sr. Ariel de Castro Alves, com a
180 justificativa de ausência da Sra. Helen, além das ausências dos conselheiros governamentais
181 representantes do Ministério da Justiça e Casa Civil; a Resolução que instituiu a Comissão
182 seria publicada naquele dia; era demanda da comissão rodízio na ordem dos relatos das
183 comissões durante as plenárias; a Comissão organizava material do panorama da demanda
184 parlamentar sobre a temática da infância e da adolescência no universo da Secretaria de
185 Direitos Humanos; faltava paridade naquela e nas outras comissões do Conselho. A Sra.
186 Glícia Thais Salmeron de Miranda destacou que ao criar a CDH não foram regulamentadas as
187 atribuições e composição da mesma por conta da necessidade de reestruturar e reorganizar
188 quantitativamente as Comissões Permanentes do CONANDA através do Regimento Interno.
189 Com tanto, solicitou esclarecimentos quanto ao encaminhamento do GT ou Comissão para a
190 revisão do Regimento Interno do Conselho. A Sra. Margarida Munguba Cardoso ressaltou que
191 realmente as comissões do CONANDA não obedeciam ao critério da paridade, que era
192 critério ímpar para publicar resolução com a nova composição das comissões. E com relação
193 à revisão do Regimento, ficou definido que já poderia ser formado um grupo com um membro
194 de cada comissão para aquela tarefa e que o prazo final era setembro do corrente ano. O Sr.
195 Sérgio Eduardo Marques da Rocha sugeriu também a paridade para a criação da comissão
196 de revisão do regimento interno. A Sra. Miriam Maria José dos Santos sugeriu que o grupo
197 que revisaria a Resolução nº 113 do CONANDA dialogasse com o Conselho Nacional de
198 Assistência Social – CNAS devido às tipificações já aprovadas pelo CNAS que tem interface
199 com a criança e o adolescente e o sistema de garantia de direitos. Para tanto, a CDH indicou
200 a Conselheira Helen Crystine Corrêa Sanches para compor o grupo. Com tanto, as outras
201 comissões não indicaram os nomes. Todavia, ficou definido que a CPP e a COF indicaria um
202 representante governamental e a CDH e CMF indicariam um representante da sociedade civil.

203 Seguindo, o Sr. Sérgio Eduardo Marques da Rocha informou que a Comissão discutiu o
204 processo crescente da judicialização da infância e da adolescência em curso no Congresso
205 Nacional, o objetivo e destinos das CPIs temáticas sobre infância e adolescência e a CPI e
206 sua relação com o CONANDA, com o intuito de estar a par de todos os processos atinentes à
207 área da infância e adolescência no Congresso Nacional. A Sra. Miriam Maria José dos Santos
208 informou que a CONAETI fez o levantamentos de todos os projetos de lei referentes à infância
209 e adolescência que encontravam-se em tramitação no Congresso Nacional e sugeriu uma
210 interlocução com a mesma. Posto isto, o Sr. Sérgio Eduardo Marques da Rocha informou que
211 a CDH a dinâmica e o fluxo de respostas do CONANDA em situações emergenciais e a
212 interlocução e a transversalidade desta Comissão junto às demais Comissões, visto a
213 transversalidade alguns temas. Com relação à dinâmica de respostas do Conselho em
214 situações emergenciais, o Sr. Fabio Feitosa da Silva sugeriu que, para dar celeridade às
215 respostas, a mesa diretora se manifestasse. Ao passo que a Sra. Glícia Thais Salmeron de
216 Miranda foi contrária a essa propositura, visto o caráter administrativo da mesa diretora e por
217 ela ser impedida de fazer análise de conteúdo, e sustentou a manifestação de todo o
218 colegiado para esses casos, inclusive por meio eletrônico. A Sra. Maria Luiza Moura Oliveira
219 sugeriu que a comissão fizesse uma minuta de resposta e a socializasse por email para que
220 todos dessem o de acordo sobre o conteúdo. Destarte, o Conselho acatou esta sugestão. Por
221 derradeiro, o Sr. Sérgio Eduardo Marques da Rocha informou que o Conselho Nacional de
222 Justiça encaminhou um resumo executivo para que o CONANDA, na pessoa de seus
223 conselheiros, contribuíssem até dia vinte de julho do corrente ano. **Relato das Comissões.**
224 **Comissão Mobilização e Formação – CMF.** A Coordenadora da Comissão, Sra. Tiana
225 Sento-Sé, relatou que estavam presentes na reunião a Sra. Maristela Cizeski, Sr. Welinton
226 Pereira da Silva, Sra. Aracélia Lúcia Costa, além dos membros da Rede Andi, Sra. Ciça
227 Lessa, Sr. Fábio Senne, Sr. Rafael e Sra. Paula Rosa, e a Sra. Margarida Munguba Cardoso,
228 para tratar da atualização do Portal dos Direitos da Criança, que seria atualizado até o final
229 daquela semana e já constava no mesmo a logomarca comemorativa dos 20 anos do ECA e
230 as deliberações acerca do Plano Decenal e da Política Nacional dos Direitos Humanos de
231 Crianças e Adolescentes. Informou que: a Rede Andi encaminhou proposta do Seminário
232 Infância e Comunicação, que precederia a Conferência de Comunicação e deveria ocorrer até
233 outubro: a CMF preparou minuta da metodologia de realização do Encontro de Conselhos; a
234 Comissão dialogaria com os responsáveis na SPDCA pela Escola de Conselhos, Encontro do
235 Fórum de Conselheiros Tutelares, projeto das UnB e FIOCRUZ e os Centros de Formação do
236 SINASE. A Sra. Glícia Thais Salmeron de Miranda sugeriu colocar outras resoluções que não
237 constam no Portal dos Direitos da Criança. O Sr. Djalma Costa sugeriu uma padronização da

238 ferramenta de pesquisa do site do CONANDA e correlacionados. Prosseguindo, a Sra. Tiana
239 Sento-Sé destacou que a comissão sugeriu incluir o tema “atuação dos Conselhos Tutelares
240 junto às comunidades tradicionais” no Congresso dos Conselhos Tutelares. Informou que
241 faltava uma data para realizar a tele-conferência sobre o Plano Decenal e que o CONANDA
242 solicitaria pauta com os Conselhos Setoriais, Assistência Social, Educação, Justiça, Saúde,
243 Juventude, Pessoas com Deficiência e Igualdade Racial para fazer a explanação do plano.
244 Após, apresentou a minuta de resolução do Encontro de Conselhos com o tema central a
245 Política Nacional e o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e o
246 objetivo de articular o CONANDA com os conselhos estaduais e municipais com foco na
247 Política e no Plano Decenal. Com tanto, após apresentar a metodologia do encontro, que
248 ocorreria em dois dias, e as devidas alterações propostas pelos conselheiros, a minuta foi
249 aprovada. Antes de passar ao próximo relato, o Sr. Andrea Franzini questionou quanto aos
250 encaminhamentos pós-reunião descentralizada, em Porto Velho, Rondônia-Ro. Ao passo que
251 o Sr. Fabio Feitosa da Silva esclareceu que a CMF pôs-se à disposição para dar
252 prosseguimento aos encaminhamentos daquela reunião. A Sra. Tiana Sento-Sé informou que
253 a Carta de Rondônia estava concluída e que a Secretaria-Executiva do CONANDA
254 encaminharia aos órgãos recomendados. A Sra. Lilian Cordeiro Prates, assessora do
255 CONANDA, informou que foram enviados ofícios ao Governador e ao Conselho Estadual
256 daquele estado. A Sra. Tiana Sento-Sé sugeriu que a presidência do CONANDA ou a própria
257 CMF retomasse o diálogo de forma oficial com o Presidente do Conselho Estadual,
258 questionando quais os avanços aferidos após aquela reunião. O Sr. Djalma Costa sugeriu
259 que a Coordenadoria-Geral do CONANDA fizesse o histórico das cartas das reuniões
260 descentralizadas do Conselho e se propôs a ajudar a sistematizar as informações e trazê-las
261 a conhecimento do pleno. Ao passo que o Sr. Sérgio Eduardo Marques da Rocha informou que
262 a CDH já fazia essa compilação. Deste modo, o Sr. Djalma Costa se pôs à disposição da
263 CDH. **Relato das Comissões. Comissão Orçamento e Finanças – COF.** O Sr. Djalma
264 Costa fez um breve relato do Seminário das Comissões de Orçamento e Finanças dos
265 Conselhos estaduais juntamente com a COF/CONANDA e informou que o relatório final viria
266 depois a conhecimento dos conselheiros por ter várias propostas de encaminhamentos.
267 Todavia, o Sr. Djalma Costa solicitou que esse relatório fosse entregue antes do Encontro de
268 Conselhos. Na sequência, informou que a COF analisava os projetos do Sistema de Garantia
269 de Direitos e de Enfrentamento à Violência, que os projetos de cunho nacional foram
270 encaminhados às demais comissões para parecer do mérito, e passou à apresentação.
271 Sistema de Garantia de Direitos – SGD; eixo: implementação e manutenção das escolas de
272 conselhos: Sociedade de estudos múltiplos ecológica e de artes sociedade – SEMEAR.

273 Proposta: implantar o núcleo de formação continuada de conselheiros de direitos do estado
274 de Sergipe. Fundação Rio Madeira, em Rondônia. Proposta: implementação de núcleo de
275 formação continuada dos conselheiros. Esclarecidos os Conselheiros, foram aprovados os
276 projetos. Eixo: apoio a promoção de boas práticas: Centro Artístico Cultural de Belém,
277 Amazonas, ONG Rádio Margarida; Associação Brasileira Terra dos Homens; Grupo Pela Vida
278 Niterói; AMENCAR - Associação de Apoio a Criança e Adolescente; Núcleo de Atenção a
279 Violência – NAV. Após as discussões, os cinco projetos foram aprovados. **Item IV:**
280 **Encerramento:** Não havendo mais tempo foi encerrada a reunião.